

O PAPEL DO ENSINO NA DESCONSTRUÇÃO DE PADRÕES DE DOMINAÇÃO QUE OPRIMEM IDENTIDADES RACIALIZADAS

¹Audinéia Batista Silva

²Fernanda Pereira da Silva

³Mariana Raposo Batista

Resumo: Este estudo propõe uma reflexão acerca das possibilidades pedagógicas para o fortalecimento da educação antirracista, reconhecendo a educação como espaço fundamental para a superação das problemáticas étnico-raciais e ressaltando sua relevância social, histórica e cultural. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica exploratória, de abordagem qualitativa, fundamentada em produções teóricas e marcos legais que orientam a educação antirracista no contexto brasileiro. Os resultados indicam que a educação antirracista, iniciada desde a infância, constitui elemento central para a formação humanística, exigindo que o ambiente escolar atue na valorização da diversidade e no enfrentamento do silenciamento das identidades culturais. A discussão baseia-se na Lei nº 10.639/03, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, fruto de reivindicações históricas do Movimento Negro Unificado. Evidencia-se a necessidade de engajamento dos profissionais da educação na análise crítica de posturas racistas naturalizadas, bem como da garantia de formação continuada, com a implementação de propostas pedagógicas que tenham o combate ao racismo como princípio estruturante.

¹ Audinéia Batista Silva, audineia.batista@educacao.mg.gov.br, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e Ensino PPGRERE pelo IFNMG & UNIMONTES, Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia e Educação Especial, Bacharel em Biblioteconomia. Pós graduada em Educação Especial Inclusiva e em Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Questões Étnico-Sociais e Raciais, formação em Estratégias para uma Educação Antirracista e extensão universitária em Docência e gestão para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Quilombolas.

² Fernanda Pereira da Silva, fernandafp196@gmail.com, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e Ensino PPGRERE pelo IFNMG & UNIMONTES graduada em Licenciatura em Pedagogia pela UNIMONTES, segunda licenciatura em Educação Especial pela UNISANTA, Pós-graduada em Didática, Prática de Ensino e Tecnologias Educacionais Metodologia da Pesquisa, pela Universidade Federal Vale Jequitinhonha e Mucuri UFVJM, pós-graduada em Educação Especial.

³ Mariana Raposo Batista, marianaraposob@gmail.com, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e Ensino PPGRERE pelo IFNMG & UNIMONTES, graduada em Direito pela FASA, pós-graduada em Direito das Famílias e Sucessões e Direito da Criança, Adolescente e Idoso pela PROMINAS, pós-graduada em Direito Processual Civil pela CERS, estagiária de pós-graduação no MPF.

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

O estudo estabelece, ainda, uma conexão crítica entre a modernidade europeia e a colonialidade, demonstrando como essa estrutura histórica perpetua desigualdades contemporâneas e processos de desumanização no campo educacional. Por fim, argumenta-se em favor da urgência de uma pedagogia decolonial que confronte a pedagogia tradicional e o currículo eurocêntrico, visando à desconstrução de sistemas de dominação no campo do saber e à valorização de práticas educativas plurais, como pedagogias de aquilombamento e saberes produzidos nas comunidades.

Palavras-Chave: Colonialidade; Identidade Cultural; Educação Antirracista; Práticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

Para que crianças e jovens aprendam de maneira significativa sobre raça e relações étnico-raciais, é indispensável um currículo amplo, plural e comprometido com a valorização dos saberes, das experiências e das culturas dos estudantes. Tal perspectiva exige que toda a estrutura escolar, o corpo docente, a gestão e a equipe pedagógica estejam permanentemente engajados na construção e implementação de práticas pedagógicas decoloniais, desde os primeiros anos da educação básica e ao longo de toda a trajetória formativa.

Nesse sentido, a educação assume um papel estratégico na promoção de um ensino crítico e emancipador, capaz de formar crianças em uma perspectiva efetivamente antirracista. O Movimento Negro Unificado desempenhou papel decisivo nesse processo, sobretudo ao denunciar as desigualdades históricas presentes nas instituições educacionais e ao reivindicar políticas públicas que enfrentassem o caráter eurocêntrico e excludente da escola brasileira.

No contexto educacional o papel do Movimento Negro Unificado foi primordial para obter avanços, considerando as desigualdades presentes nas instituições educacionais. Em 2003, tivemos a efetivação de uma demanda educacional que o Movimento Negro buscava desde os anos 1980. Foi sancionada a Lei 10.639/03, que incluiu os artigos 26-A e 79- B da LDB, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas.

A partir do ano de 2003, com a promulgação da Lei nº 10.639/031 posteriormente atualizada para Lei 11.645/082, as questões sobre a cultura africana, afro-brasileira e indígena começaram a ser discutidas e passaram a ter a necessidade de serem sistematizadas

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

no cenário da educação brasileira. Isso não significa que tais discussões estivessem ausentes antes desse marco legal; contudo, a partir dele, as instituições foram compelidas a revisar e transformar um panorama historicamente marcado pela marginalização e pela exclusão desses temas.

Portanto, discutir o papel do ensino na desconstrução de padrões de dominação é assimilar que a educação não se restringe à transmissão de conteúdos, mas envolve a possibilidade de proporcionar novos mundos, novas formas de estar e narrar. É assentir que, ao enfrentar o apagamento e a subalternização de identidades racializadas, a escola pode tornar-se lugar de emancipação, reconstrução de memórias e afirmação de identidades historicamente violentadas.

OBJETIVO

Analisar, a partir de uma abordagem bibliográfica de caráter qualitativo, as possibilidades pedagógicas para o fortalecimento da educação antirracista no contexto brasileiro, tomando como referência os marcos legais especialmente as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e os aportes teóricos da perspectiva decolonial.

Busca-se compreender como a escola e a formação continuada de professores podem atuar na desconstrução de práticas e currículos eurocêntricos, no enfrentamento das manifestações de racismo estrutural e na valorização das identidades, saberes e práticas afro-brasileiras, africanas e indígenas, contribuindo para a consolidação de uma educação comprometida com a equidade racial e a justiça social.

METODOLOGIA

Para investigar o papel do ensino como meio de desconstrução do racismo, a presente pesquisa foi construída a partir de uma revisão narrativa, abordagem que se mostra pertinente quando o objetivo é identificar, organizar e interpretar debates complexos, permitindo uma visão abrangente das produções já existentes sobre o tema. Como procedimento de coleta de dados, utilizou-se a revisão bibliográfica e documental, contemplando obras e autores que dialogam diretamente com a temática investigada.

Esse processo envolveu a seleção criteriosa de livros, artigos científicos, legislações, diretrizes educacionais e documentos institucionais que contribuem para a compreensão histórica, política e pedagógica do enfrentamento ao racismo no contexto educacional.

A análise do material selecionado foi orientada pela leitura interpretativa e pela

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

organização temática dos conteúdos, possibilitando identificar convergências, desafios e perspectivas apresentadas pelos diferentes autores. Essa estratégia permitiu construir uma base teórica sólida para sustentar as discussões desenvolvidas ao longo do estudo, destacando elementos essenciais para compreender como o ensino pode assumir um papel transformador na promoção de práticas antirracistas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

O corpo racializado no espaço escolar: identidade e subjetividade.

A educação demanda o fortalecimento de estratégias pedagógicas que valorizem as diferenças entre os sujeitos e fomentem o desenvolvimento de suas subjetividades. Contudo, o sistema educacional não atua como espaço de igualdade, mas como um instrumento de reprodução das desigualdades sociais e raciais, ante a ausência de políticas efetivas de integração para os corpos racializados.

A mudança de pensamento deve iniciar não só com os docentes, mas também de toda a estrutura educacional, de forma a impactar diretamente os discentes. Nesse sentido, a escola, sociedade, família devem valorizar e trazer à tona a ancestralidade, as tradições, saberes e culturas a fim de que sejam perpetuados. É na escola que o aluno vai conviver com outras culturas e hábitos, então ambiente propício para discussões sobre raça, classe e gênero.

Em relação ao ensino e educação, a atuação do Movimento Negro Unificado colaborou com a evolução do debate sobre a educação, de forma que foram criados fóruns decisivos da política educacional. Reivindicada pelas organizações negras desde o início do século XX, a inclusão dos negros na escola pública aparecia como recurso argumentativo nos debates educacionais nos anos 1940 e 1960.

Conforme os apontamentos feitos por Nilma Lino Gomes (2017), a partir dos anos 80, com o processo de reabertura política e redemocratização do país, com a promulgação da CF/1988, o Movimento Negro Unificado passou a focar na educação, com estudos sobre a inserção do negro no mercado de trabalho⁴ e o racismo presente nas trajetórias escolares. Nesse sentido, enfatiza Nilma (2017, p. 33)

é possível dizer que até a década de 1980 a luta do Movimento Negro, no que se refere ao acesso à educação, possuía um discurso mais universalista. Porém, à medida que este movimento foi constatado que as políticas públicas de educação,

⁴ O Movimento Negro Unificado passou a compreender a educação como um instrumento político fundamental na luta antirracista, defendendo-a como meio de conscientização, valorização da identidade negra e enfrentamento das desigualdades históricas vivenciadas pela população negra.

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam à grande massa da população negra, o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar.

Destaca-se que, por meio das lutas e reivindicações iniciadas pelo Movimento Negro Educador, houve avanço na educação das relações étnico-raciais, que resultou, ainda que de forma paulatina, a inserção da cultura afro-brasileira e africana no ambiente escolar.

Entre tais marcos legislativos, figura a Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino dessas temáticas fundamentais para compreender a sociedade brasileira na educação básica, além do Estatuto da Igualdade Racial (2010), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (2012).

Houve o reconhecimento das desigualdades e diversidades, uma vez que o estado brasileiro começou a incorporar a raça de forma ressignificada em algumas de suas ações e políticas, principalmente na educação. No entanto, ainda é urgente articular raça, educação e visão decolonizadora, sobejamente, na primeira infância.

Uma questão latente que envolve o negro e a educação diz respeito aos processos de exclusão, os quais refletem nos indicadores de evasão escolar. Tal exclusão perpassa todo o processo educacional, principalmente, com a negação dos saberes e culturas ancestrais. Nesse sentido, aduz Carneiro (2023, p. 309) “a escola não tem por função primordial excluir, mas fixar, pois, é um aparelho de normalização. Já com relação aos negros ocorre uma especificidade: além da normalizados, são expulsos ou excluídos.”

No ambiente escolar, há a negação da produção intelectual do negro, sendo uma forma que integra o dispositivo de racialidade que visa controlar corpos nas instituições educacionais. Como explica Carneiro (2023, p. 88-89).

para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo.

A partir da noção das desigualdades educacionais existentes no presente, é necessário buscar por transformações futuras, tendo em vista que para os subalternizados o ensino é a forma mais efetiva de ascensão social, a partir do acesso às oportunidades educacionais. A constante relutância em relação à existência das desigualdades educacionais, demonstra o

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

“mito da democracia racial”, que induz ao silenciamento do debate nos ambientes escolares. De acordo com Fernandes (1965, p. 205)

As circunstâncias histórico-sociais apontadas fizeram com que o mito da 'democracia racial' surgisse e fosse manipulado como conexão dinâmica dos mecanismos societários de defesa dissimulada de atitudes, comportamentos e ideais 'aristocráticos' da 'raça dominante'. Para que sucedesse o inverso, seria preciso que ele caísse nas mãos dos negros e dos mulatos; e que estes desfrutassem de autonomia social equivalente para explorá-lo na direção contrária, em vista de seus próprios fins, como um fator de democratização da riqueza, da cultura e do poder.

A escola é um dentre os diversos operadores de dominação, como declara Carneiro (2023, p. 110-111) o silenciamento no que tange à problemática da discriminação racial no Brasil, demonstra tática para o controle, “o silêncio se manifesta também na relação dos pais dos alunos brancos e dos alunos negros, no discurso ufanista sobre as relações raciais no Brasil, presente nos instrumentos didáticos, acompanhado de uma representação humana superior”.

Há o entendimento velado de que o negro deve ser impedido de acessar certos locais, e inicia um processo de negação de produção de saberes. Nos livros didáticos e na forma como os docentes conduzem os períodos iniciais, bem como segue em toda jornada estudantil do aluno, a história contada não abarca a realidade de todos os povos, mas uma história única.

A educação libertadora rompe essa lógica e retira a educação bancária, fazendo com que haja a produção científica e intelectual, para Freire (1970), o saber é intencionado, não é possível separar o ato de conhecer daquilo que se conhece, de forma que não pode ser pensado de forma individual, mas a partir de diálogo e intersubjetividade.

Na concepção "bancária", a educação é um ato de depositar conhecimentos, que ainda é mantida, em uma perspectiva eurocêntrica. Uma das estratégias de enfrentamento de práticas educacionais que combatam as opressões é por meio do pensamento decolonial, pois atua na valorização de outros saberes, com o fito de reescrever a história por outro ângulo, ou melhor, como expõe Leila Gonzalez (2020), pelo conceito político-cultural de “amefricanidade”, com reconhecimento das contribuições compartilhadas dos povos da América Latina e África.

A escola é resultado de luta popular pelo direito à educação compreendida como parte do processo de emancipação social, mas foi construída enquanto instituição reguladora marcada pelas regras, normas e conhecimento científico único e privilegiado como saber.

De forma que, como exposto por Nilma Lino Gomes (2017), é preciso construir a pedagogia da diversidade.

Nesse contexto, é necessário humanizar o processo educacional, a fim de buscar a educação como projeto de emancipação, com políticas educacionais e saberes produzidos pelos movimentos sociais, a fim de retirar a dominação e fazer com a educação seja guiada por meio do pensamento crítico.

A hierarquização dos saberes e a colonialidade do currículo: padrões de dominação e saberes ancestrais e diaspóricos

A colonialidade se materializa no posicionamento por vezes conservador da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e na postura arrogante de professoras/es diante da pluralidade étnica, racial, sexual, política e cultural existente tanto na escola quanto na sociedade. Ela se torna viva na ação pedagógica por meio de uma seleção monocultural de temas a serem discutidos com os discentes.

A modernidade, associada ao Renascimento e ao Iluminismo europeu, possui a colonialidade, que se constitui como uma lógica de poder que estrutura as desigualdades contemporâneas (Mignolo, 2005). Embora apresentada desvinculada da modernidade, sua influência persiste na organização social, econômica e cultural, perpetuando marginalizações (Mignolo, 2005, p. 26).

São os padrões fundamentados pela cultura do homem branco que, sistematicamente, colocam o homem negro em uma zona do não-ser, um processo de regulação que passa diretamente pelo corpo negro, conforme explicitado por Carneiro (2018). Nessa conjuntura, encontram-se os sujeitos que ocupam a base da hierarquia colonial, os colonizadores, considerados sem dignidade e direitos pela violência do colonialismo, essas populações são marginalizadas social e culturalmente.

A colonialidade do currículo refere-se à forma como os sistemas educacionais continuam reproduzindo lógicas coloniais mesmo após o fim formal do colonialismo, certos conhecimentos são considerados superiores ou eurocêntricos, as histórias, culturas e saberes de povos negros, indígenas e de outras populações subalternizadas são apagados ou reduzidos, e a escola normaliza padrões de humanidade, linguagem e racionalidade baseados na experiência europeia. Esse processo produz padrões de dominação, porque mantém hierarquias de raça, cultura e poder, exatamente o que Aníbal Quijano (2000) chamou de colonialidade do poder.

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular desse padrão de poder.

A colonialidade do currículo, conforme analisam Quijano e teóricos decoloniais, manifesta-se pela centralidade de epistemologias eurocêntricas e pela marginalização de saberes negros e indígenas. Essa lógica reproduz “padrões de dominação que privilegiam a cultura europeia e marginalizam sistematicamente o corpo e a produção intelectual negra”, como denuncia Abdias Nascimento (2016).

Assim, a colonialidade não apenas sustenta as desigualdades contemporâneas, mas sustenta uma educação fundada em ideais colonizadas. Em uma perspectiva descolonizadora, o Brasil deve focar na educação popular decolonial como forma de afastamento e negação da colonialidade do poder, presente nas relações, que tornam o sujeito racializado alvo de opressão.

Como um elemento da colonialidade, o racismo epistêmico se manifesta em instituições como escolas e universidades reproduzindo uma hierarquia de saberes na qual apenas o conhecimento produzido pelos grupos dominantes, majoritariamente brancos, é considerado científico, legítimo e válido.

Esse processo resulta na desumanização e reforça a violência simbólica e material, perpetuando a dominação não apenas pelo controle físico, mas também pela internalização de um imaginário racial que legitima o privilégio branco e inferioriza as populações negras e indígenas.

A colonialidade se estabelece por meio de relações de dominação sobre o ser e o saber. “padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocêntrico” (Quijano, 2005, p. 126), esse sistema instituiu uma classificação social baseada no conceito biológico de raça como elemento desqualificador, desumanizador e silenciador dos corpos subjugados pelo colonialismo (Quijano, 2005; 2007).

Ela expressa um modelo hegemônico global, que articula raça, trabalho, subjetividades, sexualidade, contextos geopolíticos de acordo com a necessidade do capital e para o benefício de determinadas populações em detrimento de outras (Quijano, 2007).

A ideia de que o colonizado é inferior é perpetuada até hoje, e ensinada nas escolas. Conforme Anibal Quijano (1992), a ideia de inferioridade é abraçada pelo colonizado e interfere no acesso ao conhecimento, arte e explica o motivo da força do eurocentrismo nas escolas e na produção de cultura, principalmente na América Latina.

Nessa mesma perspectiva, Bernardino Joaze Costa (2017) a colonialidade do ser a centralidade da raça no sistema-mundo colonial foi fator estruturante na produção econômica e na produção do conhecimento, sendo necessário o giro decolonial, para romper os padrões eurocêntricos. Afirma, Bernardino (2017, p. 123) “diante deste complexo e longo processo de dominação é que se apresenta o projeto decolonial ou giro decolonial, que se constitui numa estratégia epistêmica e política de resistência à colonialidade do poder, do saber e do ser”.

A ideia de ausência de cultura e saberes, a epistemologia latente, muitas vezes é justificada para a manutenção e preservação dos saberes europeus. Para Fanon (2008, p. 46), o branco que cria o negro, na medida em que o transforma em objeto, desconsiderando toda sua humanidade. “Ele não tem cultura, não tem civilização, nem um longo passado histórico”.

Nesse sentido, Fanon (2008) entende que a experiência vivida pelo negro será sobretudo pelo olhar do branco. Um olhar que, em certa medida, aprisiona o negro em seu corpo. É inferiorizando o corpo negro com o olhar racista que o branco incute na subjetividade do negro que ele não tem história, muito menos cultura, e que seu corpo só tem valor para realizações de trabalhos forçados. Esse discurso foi utilizado sistematicamente ao longo da história moderna pelo colonialismo, pela igreja e também na ciência.

Nesse sentido, é possível constatar como a colonialidade do ser, poder e saber, refletem, ainda, na educação no Brasil, uma vez que no século XX, apenas os privilegiados tinham acesso à educação. Houve a formação da ideia de que o negro era o responsável pela ascensão do colonizador, seja pelo viés social, econômico e educacional.

Para Nilma Lino Gomes (2019) só é possível descolonizar os currículos e seus conhecimentos se olharmos para os sujeitos, suas experiências, conhecimentos e a forma como produzem. Ou seja, é preciso reconhecer os negros como sujeitos e seus movimentos por emancipação como geradores de epistemologias válidas, “que não somente podem tencionar o cânone, mas também o indagam e trazem outras perspectivas e interpretações” (GOMES, 2019, p. 235).

Da formação marcada pelo racismo ao letramento racial: caminhos para qualificar o ensino à luz da Lei 10.639/03, com fundamentos para uma educação antirracista.

Ao discutir o papel do ensino como ferramenta de desconstrução e emancipação, torna-se fundamental compreender que a educação brasileira foi historicamente atravessada

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

por relações de poder que produziram desigualdades raciais profundas. Essa reflexão nos leva a revisitar as origens desse imbricamento, para então entender de que maneira o ensino pode assumir uma função crítica, capaz de enfrentar dispositivos que sustentaram a desumanização e o apagamento dos saberes negros.

Como discute Carneiro (2023), entender a relação entre educação e racialidade no Brasil exige revisitar os fundamentos históricos, políticos e ideológicos que moldaram essa articulação e que ainda estruturam desigualdades no campo educacional. A autora demonstra que o epistemicídio entendido como a negação sistemática dos saberes e da humanidade da população negra manifesta-se, inicialmente, na intervenção da Igreja Católica, que buscou controlar, silenciar e deslegitimar o conhecimento produzido por sujeitos negros ao longo de séculos.

Nesse contexto, Carneiro (2023) descreve que documentos e diretrizes eclesiásticas chegaram a negar a própria alma às pessoas negras, o que, em uma época marcada pela autoridade papal sobre a Companhia de Jesus, consolidou o argumento de que indivíduos negros seriam incapazes de aprender ou de desenvolver a razão.

Esse discurso fundacional inaugura as primeiras justificativas para a suposta “não educabilidade” da população negra e, a partir dele, se organizam as narrativas que sustentam a articulação entre o dispositivo de racialidade e o epistemicídio enquanto tecnologias de desumanização.

Segundo essa perspectiva, as categorias de raça e cultura são mobilizadas para estabelecer hierarquias que se sustentam pela repetição de paradigmas que reforçam a ideia de superioridade para uns e de inferioridade para outros, reproduzindo desigualdades e legitimando as bases ideológicas do racismo no sistema educacional.

A partir das desigualdades educacionais existentes no presente, passamos a considerá-las um pressuposto das transformações futuras, ou de alteração desse quadro. Contudo mesmo uma visão superficial das políticas educacionais, ou melhor, da forma pela qual as políticas de acesso e distribuição das oportunidades educacionais se deram, leva à educação de que eles visavam intencionalmente assegurar padrões sociais ditados pelo dispositivo de racialidade.

Como analisa Carneiro (2023), as desigualdades educacionais que observamos hoje não são meros acidentes históricos, mas resultados de um longo processo estruturado de exclusão racial. Quando passamos a considerar tais desigualdades como ponto de partida para pensar transformações futuras, percebemos que elas não apenas persistem, como

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

também revelam o modo como o acesso à educação foi distribuído de forma assimétrica no Brasil.

Assim, longe de neutras, essas ações educacionais operaram de acordo com o que Carneiro denomina dispositivo de racialidade, mecanismo que organiza e legitima a produção de inferiorização e desigualdades com base na raça. Quando pensamos em uma formação pautada pelo racismo, reavivamos a memória de uma educação eurocêntrica fundamentada em currículos e articulações coloniais, que reproduziram o apagamento de outras epistemologias.

A problematização do racismo, bem como a análise de seus dispositivos normativos, políticas públicas e do campo mais abrangente da educação antirracista, configura-se como uma exigência urgente no cenário contemporâneo. Tal reflexão é essencial para a formação de uma consciência crítica capaz de sustentar a inserção qualificada do debate científico nos espaços educativos. Ao promover essa discussão, contribui-se para o desmantelamento das estruturas racistas e o fortalecimento de ações com vistas à igualdade racial.

É necessária a formação pautada pela educação do quilombamento que reflete a efetivação da lei nº 10.639/03. A prática do professor e da professora não começa ao chegar na escola, é uma experiência e vivência de vida, da escolarização e da profissão, ou seja, a prática do/da professor/a ocorre pela vivência com a realidade, que acontece, primeiramente, consigo enquanto sujeito do mundo e, posteriormente, com seus alunos e alunas.

A escola uma instituição social e local de relações de poder é notadamente exemplificada em seu contexto pelo disciplinamento, vigilância e controle. O sistema de organização curricular e didático pedagógico da escola formal se rege por dimensões diversas de dominação.

É preciso descentralizar o ensino de uma visão ocidentalizada para quebrar com o paradigma dominante que é totalitário e nega outros conhecimentos, desse modo, é necessário que um novo modelo de ensino atue na promoção de mudanças efetivas. Segundo hooks (2017, p. 59), “os professores e alunos no contexto multicultural têm de aprender a aceitar diferentes maneiras de conhecer, novas epistemologias”.

O ensino decolonizador, colabora para a criação de subjetividades, com táticas e modelos educacionais propostos pelo educador Paulo Freire (1987), de forma que a educação deve abarcar os diversos sentidos, político, cultural, social com a participação ativa do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Assim sendo, práticas decoloniais de educação consistem num fazer implicada com a diversidade, protagonizando saberes de toda população educacional, utilizando-os como principal referência para as práticas pedagógicas, ou seja, é preciso implicação política e social no fazer educativo, a fim de contribuir com o combate às desigualdades raciais e educacionais.

Portanto, repensarmos cotidianamente os caminhos históricos da educação e assim delineamos métodos e materiais que contribuam com uma educação decolonial e emancipadora dos sujeitos sociais. Logo apontamos que o combate ao racismo se constitua como ponto de partida e a educação, a solução para esta luta e para a concretização de um projeto de transformação social.

Desta forma o papel da escola necessita-se propor caminhos para que diferentes corpos possam compreender-se como sujeitos/as capazes de interagir com o mundo e torná-lo um lugar em que todos/as tenham os mesmos direitos, oportunidades e reconhecimento, além de respeitar e entender as subjetividades que se estabelecem nas individualidades e nas coletividades.

Reafirma-se que a efetivação de uma educação decolonial demanda um compromisso ético e político que ultrapassa a dimensão curricular e alcança a própria organização das relações escolares. Trata-se de reconhecer que os processos formativos devem promover não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a valorização das identidades, das memórias e das experiências que constituem a diversidade brasileira.

Assim, ao assumir o enfrentamento ao racismo como eixo estruturante de suas práticas, a escola fortalece seu papel enquanto espaço de produção de sentidos, de construção de consciência histórica e de afirmação dos direitos humanos. Nessa direção, consolidar uma escola comprometida com a equidade racial é garantir que ela seja, efetivamente, um território de vida, dignidade e justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, R. Túlio. **Tendências de pesquisa em educação escolar quilombola: um estudo de teses desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil (2012–2019)**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 33, p. 117-135, 2018.

BOMFIM, Manoel. **América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Biblioteca Básica Brasileira, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Dispõe sobre o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: MEC/CNE, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARRIL, André Luiz. **Educação quilombola: identidade, cultura e território**. São Paulo: Fundação Cultural Palmares, 1995.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6–17, 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 30 maio 2025.

COSTA, Thiago Batista. **Corpo negro, currículo e Educação Física: uma análise fanoniana sobre as contradições e possibilidades para constituição de identidades insurgentes**. 2023. Tese (Doutorado em Formação, Currículo e Práticas Pedagógicas) –

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. DOI: 10.11606/T.48.2023.tde-21062023-101540. Acesso em: 19 nov. 2025.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação através da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 51-73, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_NL_Rel_etnico_raciais_educ_e_des_colonizacao_do_curriculo.pdf. Acesso em: 30 nov. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

I SIMPÓSIO DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS

Artigo Completo

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.